



## ANÁLISE DO PROCESSO DESENVOLVIMENTISTA NA BAIXADA MÉDIA SANFRANCISCANA NO NORTE DE MINAS GERAIS

Maria Clara Dourado Magalhães<sup>1</sup>

Vanessa Teles de Oliveira<sup>2</sup>

Juliana de Jesus Alves Silva Santos<sup>3</sup>

**Resumo:** Essa pesquisa busca apresentar resultados parciais da relação existente entre a sociedade civil e os impactos provocados pelo processo desenvolvimentista, sendo o principal a desigualdade social. Tendo como foco os conflitos socioambientais dos povos e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais, analisando as possíveis medidas que possibilitam reverter o atual quadro de desigualdades sofridas e visa mostrar o modo que eles estão se organizando em busca de seus direitos constitucionais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Comunidades Tradicionais; Desigualdade Social; Conflito socioambiental.

### INTRODUÇÃO

A modernidade em relação ao tempo e espaço pode ser considerada um processo que surgiu por volta do século XVII e que se propagou de forma mundial. Por volta de 1949 os Estados Unidos se estabeleceu como maior potência econômica mundial daquele período assim iniciou-se um novo tempo a era “desenvolvimentista”. Desse modo o desenvolvimento consolidou-se no Brasil no século XX, visando alcançar o processo de modernização como grande ideal proposto pela civilização ocidental.

---

<sup>1</sup>Maria Clara Dourado Magalhães, acadêmica do 7º período do curso de Ciências Sociais Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES, bolsista de iniciação científica pela FAPEMIG e integrante do grupo do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental- NIISA. [mariaclaradouradomagalhaes@gmail.com](mailto:mariaclaradouradomagalhaes@gmail.com);

<sup>2</sup>Vanessa Teles de Oliveira, acadêmica do 7º período do curso de Ciências Sociais Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES, bolsista de iniciação científica pela FAPEMIG e integrante do grupo do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental- NIISA. [vanessateles21@yahoo.com.br](mailto:vanessateles21@yahoo.com.br);

<sup>3</sup>Juliana de Jesus Alves Silva, acadêmica do 7º período do curso de Ciências Sociais Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES, bolsista de iniciação científica pela FAPEMIG e integrante do grupo de Estudos e pesquisas do São Francisco Opará. [julianajesusmoc@yahoo.com.br](mailto:julianajesusmoc@yahoo.com.br);  
Discussão realizada como parte do trabalho monográfico.

O processo desenvolvimentista se estabeleceu a partir da expansão do capitalismo que visa particularmente o crescimento econômico, esse processo está ligado diretamente a resolução dos problemas direcionados a áreas denominadas economicamente atrasadas conhecidas pelo termo subdesenvolvidas. Dessa forma o período de 1949 correspondente pela hegemonia dos Estados Unidos como maior potência econômica foi o momento que pode ser reconhecido como o marco da criação de duas vertentes distintas: o desenvolvimento e subdesenvolvimento. De acordo com Gustavo Esteva (2000),

O subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua vida diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada. (ESTEVA, 2000, p.60)

Portanto o desenvolvimento proposto como modelo ideal de modernização principalmente aos países subdesenvolvidos torna-se uma utopia, pois este é distinto do desenvolvimento buscado pelas sociedades chamadas de “tradicional”. Dessa maneira se estabelece de forma acentuada um cenário de desigualdade social, econômica e ambiental promovida pelo processo desenvolvimentista, uma vez que as sociedades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e em oposição à lógica proposta pelo desenvolvimento enquanto pensamento político moderno.

Por isso é necessário que as políticas de desenvolvimento busquem promover o processo de modernização a partir da realidade e as especificidades de cada sociedade, pois estas possuem características peculiares importantes a serem preservadas.

Dessa forma o processo desenvolvimentista cabe ser estudado pela ciência sociais porque compreende um campo que passa a ser uma disciplina de fundamental importância que analisa a vida social moderna. Assim a ciência sociais busca a explicação da realidade com base em fatos dados e que influencia de tal modo, a formação da realidade social. De acordo com Bourdieu (2004),

A realidade social de que falam os objetivistas também é um objeto de percepção. E a ciência social deve tomar como objeto não apenas essa realidade, mas também a percepção dessa realidade, as perspectivas, os pontos de vistas que, em função da posição que ocupamos no espaço social objetivo, os agentes têm sobre essa realidade" (BOURDIEU, 2004 p. 156)

Por isso a importância do estudo do processo de modernização, para que assim possa haver um diagnóstico de suas consequências no tempo atual. Dessa forma o presente estudo busca estudar a realidade das comunidades tradicionais do médio São Francisco no Norte de Minas Gerais que possui uma grande diversidade identitária, tendo como foco os conflitos socioambientais dessa região.

Esse cenário de conflitos existe porque o processo do desenvolvimento econômico, possibilita condição favorável à Injustiça Ambiental. Assim um dos exemplos abordados no presente trabalho refere se a instalação de grandes empreendimentos de base capitalista e unidades de conservação que ameaçam os territórios das comunidades do médio São Francisco.

Essa pesquisa se torna fundamental pelo fato de ser importante compreender os conflitos ambientais. Segundo Barbosa (2011),

Cabe as ciências sociais, portanto, compreender os conflitos ambientais, descrevendo-os, classificando os significados e interesses dos atores neles envolvidos, elucidando suas relações com as assimetrias estruturais da formação social em que ocorrem. É apenas na medida em que cumprem seu objetivo precípua, o de aplicar-se a investigação científica rigorosa das situações de conflito ambiental, que as ciências sociais podem fornecer subsídios seguros a políticas, que visem, por exemplo, à democratização das condições de acesso e determinação de uso das condições naturais territorializadas. (BARBOSA, 2011 pág. 88)

Dessa forma o presente estudo buscará apresentar o conflito social, econômico e ambiental existente nas comunidades do médio São Francisco, buscando analisar os diversos tipos de interesses dos atores sociais envolvidos no conflito e visa utilizar a pesquisa científica como meio para dar visibilidade e voz às comunidades atingidas.

## **CONFLITOS AMBIENTAIS**

A relação de oposição entre o meio ambiente e o processo desenvolvimentista vem sendo discutida desde a década de 1970, essas discussões sobre o meio ambiente desenvolveu uma incerteza acerca do modelo desenvolvimentista.

Nessa busca desenfreada pelo desenvolvimento a natureza foi a principal prejudicada, pois empreendimentos de grande porte utilizaram espaços com vegetação natural para construção de suas empresas e utilização de forma desregular da natureza. Acsegrad (2004b) citado por Barbosa (2011) apresenta o conceito de conflitos ambientais como,

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD *apud* BARBOSA 2011 pág. 90)

Assim os conflitos ambientais são a disputa de interesses entre grupos, que na maioria das vezes ocorre a partir de um grupo que busca ter uma boa relação com meio ambiente enquanto o outro grupo busca apenas apresentar um interesse econômico pelo meio ambiente. Dessa forma as reproduções dos conflitos acontecem através do crescimento e manutenção dos mesmos modos desiguais de distribuição em relação a natureza.

De acordo com Acselrad (2004), as forças de mercado assim como as práticas discriminatórias das agências governamentais contribuem para a produção das desigualdades ambientais.

Procura se tornar evidente que forças de mercado e práticas discriminatórias das agências governamentais concorriam de forma articulada para a produção das desigualdades ambientais. E que a viabilização da atribuição desigual dos riscos encontra-se na suposta fraqueza política dos grupos sociais residentes nas áreas de destino das instalações perigosas, comunidades ditas 'carentes de conhecimento', 'sem preocupações ambientais' ou 'fáceis de manejar', na expressões dos consultores detentores da ciência da resistência das populações à implantação de fontes de risco. (ACSELRAD 2004 pág. 26)

É com base nesses apontamentos de condições que possibilitam a injustiça ambiental que os movimentos sociais propõem a organização das comunidades para reivindicar a justiça ambiental evitando as desigualdades sociais.

## **COMUNIDADES TRADICIONAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS QUE AS CERCAM**

Os conflitos, principalmente os territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais vêm ocorrendo desde a colonização da região no século XVII. Caracterizada pela penetração de vaqueiros vindos da Bahia e bandeirantes paulistas que ocuparam as terras desses povos tidos como tradicionais e estabeleceram nelas currais e fazendas de gado, além da implementação através da intervenção do Estado de uma série de programas e políticas voltados para o desenvolvimento da região, pautados em uma visão eurocêntrica que associava o local a um espaço social sertanejo e até mesmo “atrasado”. Estes conflitos se dão pelas diferentes formas de uso e ocupação do território, onde existe um choque entre a oposição da lógica do capital e a lógica dos povos e comunidades tradicionais,

o que é fundamental para explicar a invisibilidade desses povos diante do processo desenvolvimentista.

A região é marcada por uma grande diversidade identitária, composta por: vazanteiros, geraizeiros, indígenas, apanhadores de flor sempre-vivas, veredeiros e quilombolas. Neste sentido, trazendo a discussão, mais precisamente, para baixada média sanfranciscana onde a pesquisa se debruçará, é possível observar um vasto cenário de conflitos territoriais envolvendo os povos tradicionais que estão situados nesta localidade, fator decorrente de um processo histórico de expropriação territorial, pautada na justificativa de desenvolvimento econômico da região.

Nas comunidades localizadas na baixada do médio São Francisco, especialmente nas cidades de Matias Cardoso e Manga, onde se localizam respectivamente as comunidades tradicionais *vazanteiros-quilombolas* da Lapinha, *vazanteiros* do Pau-Preto e *vazanteiros* de Pau de Légua pode-se perceber a incidência dos conflitos socioambientais territoriais, fruto da colonização da região “encurralando”<sup>4</sup> os distintos grupos étnicos que ali viviam. Sendo conseqüentemente de maior impacto nas reivindicações das comunidades em questão, que buscam a manutenção/reapropriação do território ancestral expropriado. É importante destacar que o foco na questão territorial não diminui a importância dos demais tipos de conflitos no espaço estudado, já que eles também complementam o tema, porém é importante uma vez que o território é responsável pela construção identitária desses povos.

Os conflitos ambientais territoriais no Norte de Minas surgem principalmente através da “monocultirização ambiental e social do espaço” (ZHOURI, 2006, p.9) onde empreendimentos de base capitalista que ocupam os territórios tradicionais destinam este espaço a produção de uma única matéria-prima (no caso da região monocultura de Eucalipto e banana) e da criação de Unidades de Conservação – estratégia do Estado diante de um processo desenvolvimentista de criar áreas protegidas – que de acordo com Little (2002, p.16) “não permitem a presença de populações humanas dentro de seu território” culminando na expulsão dos habitantes daquelas áreas. Desse modo, deixando de lado todo o modo de vida tradicional que está associado a práticas coletivas que têm como característica principal o uso da terra como espaço social coletivo para subsistência, para produção e reprodução dos seus

---

<sup>4</sup> Em 1960 a categoria “encurralados” se firmou com expressão nativa genérica. Para maiores informações ver: ANAYA, Felisa. **De “Encurralado pelo Parque” a “Vazanteiros em Movimento”: As reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental.** Tese de doutorado defendida na Universidade Federal de Minas Gerais

modos de vida, sendo totalmente oposta a lógica das empresas que as cercam. A dinâmica territorial empresarial é pautada, de acordo com Zhouri (2006,p.8) “na transformação do espaço em unidades de propriedades privadas que possam ser comercializadas como mercadoria, avaliadas pelo seu valor de troca e cada vez menos pelo seu valor de uso”.

É importante pontuar que o Estado também está relacionado a lógica empresarial, uma vez que ele se alia a segmentos do capital contra as territorialidades dos povos tradicionais do país, justificada na afirmação de Zhouri:

Porém, não pode ser negligenciado o papel do próprio Estado que, competindo entre si para atrair o capital externo, facilitam a aquisição de terrenos através da isenção de taxas e impostos ou disponibilizando terras públicas/devolutas para o setor privado, na forma de concessões com a finalidade de exercer determinadas atividades econômicas. Esta atitude é quase sempre justificada sob o argumento de estímulo ao crescimento econômico para a geração de emprego. (ZHOURI, 2006, p. 8)

Veja na tabela abaixo, momentos que ilustram estes processos desenvolvimentistas na região a exemplo das comunidades tradicionais foco da pesquisa.

<b>COMUNIDADE</b>	<b>LOCALIDADE</b>	<b>CARACTERÍSTICA DESSES POVOS TRADICIONAIS</b>	<b>CONFLITO</b>
<i>vazanteiros- quilombolas</i> da Lapinha	médio são Francisco- Município Matias Cardoso/ MG	Quilombolas: exemplos de resistência e luta; vivem da agricultura, criação de gado “na solta”, caça, extrativismo e pesca	1960- “encurralados” por grandes empresas e projetos de irrigação 1998- Criação do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro sobreposto ao território tradicional de vazanteiros-quilombolas da Lapinha.
<i>vazanteiros</i> do Pau- Preto	médio são Francisco- Município Matias Cardoso/ MG	Vazanteiros: tem a vida ligada ao rio; observam as cheias que trazem peixe e renovação vida; vivem da pesca, agricultura e criação de animais	1960- “encurralados” por grandes empresas e projetos de irrigação 1998- Criação do Parque Estadual Verde Grande sobreposto ao território tradicional de vazanteiros do Pau Preto.
<i>vazanteiros</i> de Pau de Légua	médio são Francisco- Município Matias Cardoso e Manga/MG		1960- “encurralados” por grandes empresas e projetos de irrigação 2000- Criação do Parque Estadual da Mata Seca sobreposto a território tradicional de vazanteiros de Pau de Légua

Tabela Conflitos Ambientais em algumas comunidades tradicionais da baixada média sanfranciscana. Organização: Maria Clara Dourado Magalhães, 2015.

É neste sentido que os distintos grupos étnicos da região, invisibilizados nestes processos, vêm se organizando junto a instituições como: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Palmares, entre outros, em busca de seus direitos perante o Estado.

Embora existam instituições que cuide de identidades específicas, foi criado pelo Decreto de 27 de dezembro de 2004 e modificado pelo Decreto de 13 de julho de 2006 a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), que tem como objetivo principal a promoção do desenvolvimento sustentável desses grupos com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, respeitando e valorizando suas identidades, forma de organização e instituições.<sup>5</sup>O conceito de Povos e Comunidades Tradicionais utilizado pelo governo segundo o inciso I do art. 3º do Decreto Federal 6.040, de 2007 para realização de tal política compreende-se por

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”<sup>6</sup>. (Decreto Federal 6.040, 2007, p.1)

Não obstante muita luta, é notório que ainda existem muitos direitos a serem conquistados e esses distintos grupos étnicos dentre outros problemas que dificultam suas lutas, possuem um principal: a falta de visibilidade. É nesta perspectiva que emerge um fenômeno social contemporâneo denominado “Articulação Rosalino”, como estratégia de luta desses povos promovendo o fortalecimento político e união dos povos e comunidades tradicionais da região.

Neste segmento, observa-se o quadro de desigualdades sociais sofridas por estes distintos grupos sociais instaurado na região, uma vez que vivem invisibilizados diante da sociedade e até mesmo do Estado, consequentemente excluídos do chamado

---

<sup>5</sup>Disponível em <<http://www.mds.gov.br/acessoainformacao/orgaoscolegiados/orgaosdestaque/cnpct/comissao-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-ecomunidades-tradicionais-cnpct>> Acesso em: 29-05-2015

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso 22-06-2015.

desenvolvimento, já que não são reconhecidos seus modos particulares de vida e manejo da terra e nem garantidos seus direitos específicos. Este tópico será maior abordado no capítulo que segue.

## **DESIGUALDADES SOCIAIS SOFRIDAS PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Segundo Goran Therborn (2010, p.146) “as desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas” e podem ser produzidas de quatro formas básicas, através do distanciamento, exclusão, hierarquia e exploração dando ênfase a pluralidade de desigualdades que caracteriza a configuração da sociedade contemporânea. Desse modo, ele identifica três tipos de dimensões principais de desigualdade na atualidade, e as classifica:

Existe a desigualdade de saúde e morte, a qual podemos denominar **desigualdade vital**. (...) A desigualdade vital, que pode ser medida de maneira relativamente fácil por meio da expectativa de vida e taxas de sobrevivência, está literalmente destruindo milhões de vidas humanas todos os anos no mundo. (...) A **desigualdade existencial** atinge você como pessoa.(...)Desigualdade existencial significa a negação de (igual) reconhecimento e respeito, e é um forte gerador de humilhações para negros, (amer)índios, mulheres em sociedades patriarcais,imigrantes pobres, membros de castas inferiores e grupos étnicos estigmatizados. (...) a **desigualdade material ou de recursos**, que significa que os atores humanos contam com recursos muito distintos (THERBORN, 2010,p.146).

Diante disto, estas análises evidenciam o caráter transversal das desigualdades sociais contemporâneas, quando Antonio Firmino da Costa (2012) chama a atenção para a importância da compreensão dos: domínios em que ela se manifestam, pluralidade complexa de suas causas e a diversidade de seus impactos. Assim, os povos e comunidades tradicionais encontram-se envolvidos num quadro de desigualdades sociais que englobam os três tipos de desigualdades apresentados por Therborn, uma vez que segundo ele, esses três tipos de desigualdade interagem e influenciam umas às outras.

Estes distintos grupos sociais sofrem antes de tudo a desigualdade social existencial, já que se tratam de grupos étnicos estigmatizados marcados por um processo histórico de luta por reconhecimento e respeito de seus modos específicos de viver relacionados ao ecossistema em que habitam, assumindo muitas vezes o que Therborn (2010, p.146) aponta como uma forma de discriminação ostensiva, bem como, através de hierarquias de status social.

Através desta desigualdade existencial vão se reproduzindo uma multiplicidade de outras desigualdades no cenário norte-mineiro, onde estes grupos não são reconhecidos



perante a sociedade e seus direitos não são garantidos pelo Estado, eles passam a sofrer desigualdade material ou de recurso e conseqüentemente desigualdade vital. É importante reiterar que as desigualdades materiais podem se distinguir em dois aspectos, segundo Therborn:

Podemos distinguir dois aspectos a esse respeito. A desigualdade de acesso à educação, à carreira e as contatos sociais, ou seja, ao “capital social”. Nas discussões convencionais, este aspecto é geralmente referido como “desigualdade de oportunidades”. A desigualdade de recompensa, comumente denominada desigualdade de resultado. Esta é a medida de desigualdade mais frequentemente utilizada- a distribuição da renda e, às vezes, também da riqueza (THERBORN,2010,p.146).

As comunidades tradicionais são afetadas pela desigual distribuição de renda gerada pelo sistema capitalista que visa o desenvolvimento do seu capital econômico em contraposição a realidade vivenciada pelas comunidades que buscam viver de acordo com os modos tradicionais pautados na produção ligada ao ecossistema, voltados para subsistência. O que promove a dificuldade na criação de políticas específicas para povos e comunidades tradicionais e a promoção das políticas públicas em seus territórios.

Diante dessa desigualdade e relacionando a comunidade tradicional percebe-se que esta, está mais associada ao que diz respeito ao “capital social”,sendo que estes grupos não tem acesso a políticas públicas existentes, principalmente no que se refere a educação, saúde, segurança alimentar e saneamento básico. Posto isto, portanto, desaguamos na desigualdade vital sofrida por estes grupos já que não possui acesso a essas políticas o que acarreta má qualidade de vida nas comunidades.

Assim, é possível observar que o termo desenvolvimento está associado a transformação e a mudança para melhor crescimento nos âmbitos econômico, social e cultural que de acordo com Esteva (2000,p.64) “a palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo simples para o complexo, do interior para o superior, do pior para o melhor”. Contudo, é notório que o processo de desenvolvimento está voltado para fins econômicos prejudicando a esfera social e promovendo as desigualdades sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vários são os fatores colocados em questão neste trabalho que acentuam as desigualdades sociais nos territórios tradicionais da região e dificultam a efetivação dos direitos constitucionais desses povos.

O processo desenvolvimentista compreende um desses fatores, porque está ligado diretamente à expansão e progresso do capital, buscando a ascensão econômica de áreas denominadas pelo processo como economicamente atrasadas e conhecidas popularmente pelo termo subdesenvolvidas.

Assim, prevalecem os interesses dos grandes empreendimentos, agronegócio e do Estado (camuflados na justificativa de desenvolvimento econômico), uma vez que os modos de vida tradicionais são opostos à lógica do capital. Ponto crucial para explicar a existência de desigualdades sociais e impactos ambientais, bem como a lentidão na implementação de políticas públicas e específicas para estes grupos.

Neste sentido o desenvolvimentismo utilizado como modelo torna-se uma ilusão proposta como ideal, mas na realidade os resultados desse processo produzem efeitos negativos para diversas áreas da sociedade como as populações tradicionais, além de causar danos ao ambiente.

O desfecho do presente trabalho é algo ainda em curso, pois, as experiências vivenciadas nos mostra grandes dificuldades a serem enfrentadas. Analisando e compreendendo os diversos significados, interesses e pontos de vistas dos atores envolvidos no conflito, buscando então através da pesquisa científica contribuir com políticas que buscam a democratização.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto**. In: Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental - Ação Coletiva e Estratégias Argumentativas**. In: Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fundação Ford, 2004.

ANAYA, Felisa. ESPIRITO SANTO, Mário Marcos do. **De Gentes, Plantas e Bichos: Diversidade e conservação nas Matas Secas no norte de Minas**. Montes Claros-MG. Ed. Unimontes, 2014.

BARBOSA, Rômulo Soares. et al. **Conflitos Ambientais no Norte de Minas Gerais/Brasil: uma Agenda de Pesquisa**. In: Povos e comunidades Tradicionais no Brasil. Montes Claros: Unimontes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço Social e Poder Simbólico**. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais- CAA/NM, 2014.

COSTA, António Firmino. **Desigualdades Globais**. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 68, 2012, pp. 9-32.

COSTA, João Batista de Almeida. OLIVEIRA, Cláudia Luz de. (org). **Cerrado, Gerais, Sertão comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. In: A comunidade tradicional p. 367. Montes Claros. Intermeios, 2012.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. RJ : Vozes, 2000.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. In: Simpósio “Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia”. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado-RS, 19 de junho de 2002.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome- MDS. Fonte: <http://www.mds.gov.br/acessoainformacao/orgaoscolegiados/orgaosdestaque/cnpct/comissao-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-ecomunidades-tradicionais-cnpct>. Acesso em: 29-05-2015

OLIVEIRA, João Pacheco de. (2004) **Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais**. in OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. 2 a . Ed. Rio de Janeiro, Contra Capa.

THERBORN, Göran. **Os campos de extermínio da desigualdade**. *Novos Estudos CEBRAP*, nº87, julho, 2010, p.145-156.

ZHOURI, Andréa. **Conflitos Ambientais**. Texto inspirado na Introdução do livro *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação*. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34. Síntese e revisão elaboradas por Laís Jabace Maia.